

Quem é quem entre os possíveis cassados

Angela Romito

O relatório final da CPI do Orçamento, que começará a ser lido e votado hoje, deverá incluir 18 parlamentares com sugestão de cassação por falta de decoro parlamentar. Há ainda quatro pendências que foram deixadas para avaliação do relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Outros 12 parlamentares não foram absolvidos pela Subcomissão de Patrimônio: seus nomes foram indicados para que o Ministério Público e a Receita Federal investiguem suas vidas. Todos os não parlamentares investigados também tiveram indicação para prosseguimento das investigações.

As 23h prosseguia a reunião entre o relator Roberto Magalhães e os coordenadores, no Prodasen. Pouco depois das 22h foram interrompidas pelo deputado Aloizio Mercadante que, irritadíssimo, dizia ter informações de que não seriam cassados os deputados José Carlos Vasconcelos, José Luiz Maia e José Carlos Aleluia, quando os dois primeiros figuravam em todas as listas. Não chegou a obter uma resposta, mas saiu reclamando. "Lá em baixo está com cheiro de pizza", dasabafou. O senador Saldanha Derzi (PRN-MS) e o deputado Paulo Portugal (PP-RJ) também tinham seus casos discutidos e, se não entrarem na lista de cassados, devem ter seus processos remetidos ao Ministério Público.

□ **Aníbal Teixeira (PP-MG)** — Um dos investigados na CPI que apurou fraudes no governo Sarney, de quem foi ministro do Planejamento e secretário de Ação Comunitária. Eleito pelo PTB, como suplente assumiu na vaga de Luiz Tadeu Leite, eleito prefeito de Montes Claros, e recentemente mudou-se para o PP para assumir a campanha do candidato Hélio Costa ao governo de Minas. Não conseguiu escapar da CPI do Orçamento, acusado de intermediar verbas para prefeituras. Foi citado pela Subcomissão de Patrimônio.

□ **Cid Carvalho (PMDB-MA)** — É deputado federal desde 1955, eleito pelo antigo PSD. Um dos sete anos, considerado subcomandante, junto com Genebaldo Correia, na hierarquia da máfia da Comissão do Orçamento, que presidiu por duas vezes. Ele tem um dos maiores currículos de fraude.

□ **Daniel Silva (PFL-MA)** — Eleito pela primeira vez para a Câmara Federal, pelo PRN, tendo sido deputado estadual em 1987 pelo ex-PDS. Natural de Imperatriz, no Maranhão, poderá ser cassado por receber parte da verba de subvenções para Imperatriz. Foi citado pela Subcomissão de Subvenções.

□ **Ezio Ferreira (PFL-AM)** — Foi deputado constituinte em seu primeiro mandato federal. Ex-integrante da Comissão de Orçamento. Pagou uma viagem ao Caribe para ex-assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos e família e recebeu cheque de empreiteiras e da prefeitura de Manaus. Apresentou movimentação bancária, equivalente a 15 milhões de dólares. Foi citado pelas Subcomissões de Bancos, Emendas e Patrimônio.

□ **Fábio Raunheitti (PTB-RJ)** — Seu primeiro mandato foi como constituinte e está envolvido também na máfia da Previdência. Para suas instituições de ensino, em Nova Iguaçu, é acusado de ter desviado das subvenções sociais 14 milhões de dólares e aplicado no mercado financeiro. Sua cassação é indicada pelas Subcomissões de Bancos, Subvenções e Patrimônio.

□ **João de Deus Antunes (PPR-RS)** — Seu primeiro mandato federal foi como Constituinte, tendo sido eleito pelo PDT e reeleito pelo extinto PDS. Ele depôs na Subcomissão de Subvenções, por ter sido encontrado em sua conta depósito de 63 mil dólares desviados da Associação Evangélica de Porto Alegre. Alegou que utilizou o dinheiro para compra de agasalhos e cobertores para carentes, mas o presidente da entidade negou. Foi cita-

FOTOS: ARQUIVO



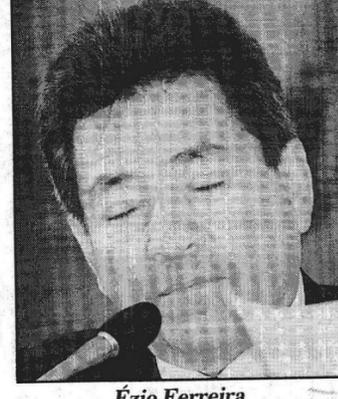
Aníbal Teixeira



Cid Carvalho



Daniel Silva



Ezio Ferreira



Fábio Raunheitti



João de Deus Antunes



Flávio Derzi



Genebaldo Correia



Ibsen Pinheiro



João Alves



Carlos Vasconcelos



José Geraldo



José Luis Maia



Manoel Moreira



Raquel Cândido



Ricardo Fiúza

do no relatório da Subcomissão de Subvenções.

□ **Feres Nader (PTB-RJ)** — Suplente de Fábio Raunheitti nesta legislatura, foi titular na anterior. Acusado de ter desviado verba de subvenções sociais para suas instituições de ensino em Barra Mansa. Seu nome consta das listas das Subcomissões de Bancos, Subvenções e Patrimônio.

□ **Flávio Derzi (PP-MS)** — Este é seu primeiro mandato legislativo, eleito pelo PST. Filho do senador Rachid Saldanha Derzi, foi citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos por conhecer o esquema de emendas e subvenções. Sobre ele recai a acusação de não ter cumprido financiamento do Banco do Brasil. Sua cassação foi sugerida pelas Subcomissões de Emendas e Patrimônio.

□ **Genebaldo Correia (PMDB-BA)** — Considerado subcomandante da máfia do Orçamento, foi até há pouco tempo líder do PMDB. Viajou com o deputado Ibsen Pinheiro e outros anos para as Ilhas Gregas. Elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1983, pelo atual partido, depois de ter sido prefeito de Santo Amaro e deputado estadual pela antiga Arena. Acu-



Ronaldo Aragão

sado de envolvimento no esquema de empreiteiras, teria se privilegiado de verba pública destinada às prefeituras baianas. Foi encontrado cheque de João Alves em sua conta e dele na de Ibsen. Citado pelas Subcomissões de Bancos, Subvenções Sociais e Patrimônio.

□ **Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)** — Um dos fundadores do histórico MDB, está em seu segundo mandato federal. Ganhou projeção nacional ao comandar a sessão de impeachment do ex-presidente Fernan-



Feres Nader, suplente

do Collor como presidente da Câmara. Seu envolvimento com a máfia do Orçamento começou a ser desvendado quando descobriram o depósito de 50 mil dólares em sua conta feito pelo deputado Genebaldo Correia. Segundo Ibsen o dinheiro seria usado para a compra de uma caminhonete destinada à campanha de Ulysses Guimarães. Viajou com os anos para as Ilhas Gregas e foi citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como um dos que conheciam o esquema

do Orçamento. Ele e o então presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, foram acusados de serem os responsáveis pela não-instalação de uma CPI para apurar as mesmas denúncias de irregularidades na Comissão Mista de Orçamento, feitas em 1992 por um funcionário. Seu representante na Comissão do Orçamento seria Genebaldo Correia. Ibsen não conseguiu explicar sua movimentação financeira, incompatível com sua renda, a origem da primeira parcela de seu apartamento em Porto Alegre (126 mil dólares) e porque somente o declarou no Imposto de Renda no ano-base seguinte. Caiu em bancos e patrimônio.

□ **João Alves (sem partido-BA)** — Considerado Anão-mor do Orçamento, seu primeiro mandato foi em 1963 pelo antigo PTB. Depois reelegeu-se pela extinta Arena, passou pelo PDS e PFL e, quando estourou o escândalo do Orçamento, foi acusado pelo ex-assessor da Comissão de Orçamento, o economista José Carlos Alves dos Santos, como o comandante da máfia do Orçamento. Ele teria se utilizado de laranjas para escapar do Fisco e desviado recursos das subvenções de emendas. É citado também pe-

las suas ligações com as empreiteiras. A sua cassação é recomendada por todas as Subcomissões: Emendas, Bancos, Subvenções Sociais e Patrimônio.

□ **José Carlos Vasconcelos (PRN-PE)** — Um dos sete anos do orçamento, foi citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como integrante do esquema de corrupção do Orçamento, cuja comissão integrou em 1990 e 1991. Apresentou emendas que privilegiavam as empreiteiras Andrade Gutierrez e Mendes Júnior e não explicou o parecer favorável às emendas que permitiam a manutenção, recuperação e construção de estradas pelo DNER.

□ **José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)** — Foi constituinte, eleito pelo PMDB, reelegeu-se pelo PL e voltou ao PMDB. Um dos sete anos do Orçamento, apresentou emendas beneficiando empreiteiras e não conseguiu explicar sua alta movimentação financeira e inúmeros bens (inclusive a Fazenda Flores Alegres, que disse não lembrar que comprara) incompatíveis com sua renda. É acusado de ter desviado verba de subvenções para entidades que lhe pertencem.

□ **José Luiz Maia (PPR-PI)** — Eleito deputado federal pela primeira vez em 1983, pelo antigo PDS, foi constituinte e, quando estourou o escândalo, era líder do PPR. A CPI descobriu que sua renda não provinha somente de suas atividades empresariais, como pecuaristas e vendedor de melancia, mas de propinas oriundas de emendas orçamentárias. Foi incluído nos relatórios das Subcomissões de Emendas e Patrimônio.

□ **Manoel Moreira (PMDB-SP)** — Outro integrante do grupo dos sete anos, ligado ao ex-governador Orestes Quércia, foi eleito pela primeira vez para a Câmara para ser constituinte, depois de ter sido vereador de Campinas e deputado estadual. Integrou a Comissão de Orçamento e foi citado pelo ex-assessor José Carlos Alves dos Santos. Mas foi sua ex-mulher Marinalva Soares quem acusou de cometer irregularidades: "ele enriqueceu ilícitamente".

□ **Raquel Cândido (PTB-RO)** — Seu primeiro mandato foi como Constituinte, eleita pelo PFL. Foi reeleita já pelo PDT de onde saiu para o PTB. Passou também pelo PMDB, quando elegeu-se vereadora em Porto Velho, em 1998. Notabilizou-se após ter recebido um soco em plenário do já cassado Nobel Moura e de ter esbofetado um segurança à época da Constituinte. Está sendo acusada por ter desviado verba de subvenção para o Instituto Eva Cândido.

□ **Ricardo Fiúza (PFL-PE)** — Seu primeiro mandato como deputado federal foi em 1971, eleito pela extinta Arena. Passou pelo PDS e elegeu-se Constituinte pelo PFL. Quando o escândalo do Orçamento eclodiu, tinha sido recém-eleito vice-presidente do PFL. Foi ministro da Ação Social no governo do ex-presidente Fernando Collor, logo após ser relator da Comissão do Orçamento, em 1992. Ele foi acusado de ter incluído emendas que não haviam sido votadas no Orçamento, após a sua aprovação. Conseguiu empréstimos privilegiados na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Fiúza foi citado pelas Subcomissões de Emendas e Patrimônio.

□ **Ronaldo Aragão (PMDB-RO)** — Iniciou sua vida pública como deputado estadual, em 1983, onde foi vice-presidente e líder do PMDB. Eleito para o Senado em 1987, quando foi indicado vice-líder do PMDB, seu mandato terminaria em 1995. É acusado de ter desviado verba de subvenção para a Fundação J.R. Aragão, criada por ele, que comprou três ambulâncias da concessionária Dianava, de sua propriedade. Até novembro as ambulâncias não tinham sido entregues. Em sua movimentação bancária há cheques da empreiteira Mendes Júnior.